

País deve aderir a Tribunal Internacional

FHC envia ao Legislativo pedido de participação em corte para crimes contra a humanidade

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ontem ao Congresso mensagem de adesão ao Tribunal Penal Internacional, criado em Roma em julho de 1998 e que terá sede em Haia, na Holanda. O Estatuto de Roma estabelece um tribunal penal com atuação permanente, cuja missão é processar e julgar responsáveis por crimes contra a humanidade – genocídio, crimes de guerra e crimes de agressão.

“Há crimes que são crimes contra a humanidade e, se não há um tribunal, existe o arbítrio também na penalização, existe a discriminação, o que não é aceitável”, afirmou o presidente.

“Não é aceitável que uma nação julgue um crime praticado por outro, de outra nação, o que é aceitável é que certos tipos de crimes sejam julgados por mecanismos internacionais e que se dê legitimidade para coibir

as violações dos direitos humanos”, acrescentou.

Porões – Ao assinar o ato, o presidente Fernando Henrique Cardoso prestou homenagem às vítimas da repressão durante o regime militar, que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, e criticou, mais uma vez, quaisquer ações de cunho autoritário.

Fernando Henrique citou especialmente os casos do deputado Rubens Paiva e do jornalista Vladimir Herzog, o Vlado, ambos mortos nos porões da ditadura, após serem presos e submetidos a torturas. “O arbítrio não pode ter abrigo entre nós e, às vezes, requer uma penalização que vá além da fronteira nacional”, disse o presidente, diante de Eunice Paiva e Clarice Herzog, viúvas dos dois homenageados, que es-

tiveram presentes ao ato que marcou a entrega da mensagem de adesão.

“Eu me senti honrado e emocionado de assinar diante de duas amigas – nós fomos amigos sempre do Rubens, que mataram, do Vlado que mataram”, contou

Dida Sampaio/AE **Fernando Henrique.**

“Eu fiz em homenagem à memória deles e de tantos outros que foram vítimas de arbítrio”, acrescentou ele.

Adesões – O Estatuto de Roma entrará em vigor quando tiver 60 assinaturas e até agora já foram registrados 42 documen-

tos de ratificação. O Tribunal Penal Internacional julgará apenas crimes que venham a ser praticados após a entrada do estatuto em vigor e, ao aderirem, os países se prontificam a colaborar sem resistências com suas investigações.



Clarice Herzog: homenagem